

Feios, sujos e malvados



Por **VALERIO ARCARY***

A burguesia brasileira carrega o peso de um passado terrível. Formou-se durante séculos sobre o genocídio e a escravidão

“A cordialidade...a lhaneza no trato, a hospitalidade, a generosidade, virtudes tão gabadas por estrangeiros que nos visitam, representam com efeito um traço definitivo do caráter brasileiro” (Sergio Buarque de Holanda, *Raízes do Brasil*).

Ettore Scola, o brilhante cineasta italiano que nos presenteou com a delicadeza afetuosa de [Una giornata particolare](#) (Um Dia Muito Especial), a ironia política de [La nuit de Varennes](#) (Casanova e a Revolução) e o humor transgressivo de [La famiglia](#) (A Família), entre outras obras-primas, fez em 1976 um filme cruel intitulado [Brutti, sporchi e cattivi](#) (*Feios, sujos e malvados* na versão brasileira e *Feios, porcos e maus*, na portuguesa)

Os protagonistas eram uma imensa família que vivia, promiscuamente, em um barraco, e o centro da trama o envenenamento do patriarca, um monstro de mesquinhez e ignorância. Ettore Scola era um artista de esquerda. Mas não há no filme concessão alguma à idealização da degradação que vegeta na margem do mundo da pobreza.

Simetricamente, a idealização do mundo da riqueza não devia existir na esquerda brasileira. Depois do golpe de 2016, se alguma conclusão estratégica se impõe de forma incontornável é que a classe dominante não está disposta a tolerar um governo de esquerda no poder, mesmo que seja um governo de concertação para reformas graduais.

A lição histórica já vinha do golpe de 1964, quando aterrorizados pelo triunfo da revolução cubana se lançaram na entrega do poder às Forças Armadas. A burguesia só aceita a negociação de reformas em situações *in extremis*, quando há perigo iminente de revolução. Sem estratégia revolucionária não há qualquer horizonte de transformação da sociedade.

Evidentemente, a burguesia não é uma classe homogênea. Nenhuma classe social é homogênea, em país algum. Quando consideramos a burguesia como classe há que lembrar que são mais de dois milhões de pessoas. Estão divididos em várias frações e subgrupos em conflitos e realinhamentos, permanentemente, uns contra os outros: a fração do agronegócio, a industrial, a financeira, importadores, exportadores, os paulistas, os gaúchos, os nordestinos. E se pensarmos, individualmente, então há de tudo. Mas, individualmente, há todo tipo de gente em todas as classes sociais. Isso não tem a menor importância política.

Muitas diferenças de interesses econômicos imediatos, de localização política e até distinções culturais fraturam a burguesia. Mas a classe dominante no Brasil tem um núcleo duro minúsculo, muito concentrado e prevalecem, estrategicamente, os interesses que os unem na defesa dos seus privilégios sociais: a preservação do capitalismo.

A burguesia brasileira carrega o peso de um passado terrível que os atormenta como um pesadelo. Historicamente, formou-se durante séculos sobre o genocídio e a escravidão. A meritocracia é hoje o seu vocabulário ideológico mais poderoso. Mas, a influência deste critério liberal é relativamente recente e coincide com a urbanização acelerada sobretudo a partir dos anos 1930.

A meritocracia defende a igualdade de oportunidades. Argumenta que processos de seleção devem ser organizados tendo como critério central o esforço ou a aptidão, o empenho ou o valor, portanto, o merecimento. Para qualquer pessoa razoável parece mais justo o critério meritocrático do que o hereditário ou o do favor. Porque é mais equitativo do que o

a terra é redonda

parentesco, mais lícito do que a confiança, e menos aleatório do que o sorteio. Certamente é melhor o critério da capacidade do que a consanguinidade, melhor a destreza do que o compadrio, melhor a dedicação do que o favorecimento. Esse é o limite do liberalismo: a equidade, ou seja, a igualdade de oportunidades.

A burguesia brasileira era tão reacionária até poucas décadas atrás, que ser “liberal” era confundido com ser de esquerda. Sempre é bom frisar que a meritocracia corresponde a uma visão liberal do mundo, portanto, uma ideologia burguesa. O socialismo defende a igualdade social. A igualdade de oportunidades não é a igualdade social. É progressiva quando comparada aos critérios pré-capitalistas que favoreciam o parentesco ou o apadrinhamento. Mas é regressiva quando comparada com o socialismo.

O critério meritocrático é aquele que defende que devem estudar na universidade pública aqueles que foram aprovados nos exames de acesso, portanto, os mais preparados. O critério socialista é que todos devem poder ter acesso ao ensino superior. E enquanto isso não for possível, o critério socialista é a defesa de cotas sociais e raciais para favorecer os mais desfavorecidos compensando a desigualdade. No Brasil arcaico, mesmo até 1950, só podiam fazer curso superior os que pertenciam à classe dos proprietários, quem podia pagar, ou quem “ganhava” o favor de uma vaga.

A meritocracia ganhou hegemonia ideológica no Brasil muito lentamente. Foi lento o processo porque houve resistência. E não nos surpreendamos se ainda há relutância. Prevaleceu durante muitas gerações uma inserção social quase hereditária: os filhos dos sapateiros, ou dos alfaiates, ou dos comerciantes, ou dos médicos, engenheiros, advogados herdavam o negócio dos pais. A grande maioria do povo não herdava nada, porque eram os afrodescendentes do trabalho escravo, predominantemente, agrário.

A mobilidade social era muito baixa. O Brasil agrário era uma sociedade muito desigual e rígida, quase estamental. Era estamental porque os critérios de classe e raça se cruzavam, forjando um sistema híbrido de classe e castas que congelava a mobilidade. A ascensão social era somente individual e estreita. Dependia, essencialmente, de relações de influência, portanto, de clientela e dependência através de vínculos pessoais: o pistolão. O critério de seleção era de tipo pré-capitalista: o parentesco e a confiança pessoal.

Sergio Buarque de Holanda foi o primeiro que deu importância ao tema da resistência ideológica ao liberalismo no livro *Raízes do Brasil*, publicado em 1936. Muitos interpretaram que o conceito de “homem cordial” era uma imagem que remetia à afetuosidade pessoal, uma gentileza humana, uma doçura política, um *swing* no trato. Mas o tema era o atraso da classe dominante e sua mentalidade pré-capitalista.

Outros concluíram que o conceito da cordialidade buscava capturar as consequências positivas de um tipo de colonização que tolerou a miscigenação racial. Mesmo se baseada na escravidão, teria evitado as formas violentas de discriminação e apartação como nos EUA e na África do Sul, e explicaria a colaboração social pela via individual da busca do favorecimento e clientela.

Nos anos 1930 a sociologia estava ainda prisioneira do paradigma da busca da compreensão do caráter nacional de cada povo e, portanto, se dispersava em construções ideológicas. A visão do Brasil como um país de povo dócil e intensamente emocional correspondia às necessidades da classe dominante. Uma nação em que, apesar das desigualdades econômicas abissais, se manteria uma incomum coesão social.

Sergio Buarque tinha outra preocupação. Percebia que a cordialidade do brasileiro era uma forma cultural de luta pela sobrevivência e de adaptação a um sistema no qual a ascensão social dependia do favorecimento. A cordialidade ocultava a imensa brutalidade das relações sociais, camufladas através de uma intimidade falsa, expressão do controle privado do espaço público.

A cordialidade era expressão dissimulada do medo da miséria e do temor da represália. Ao mesmo tempo, uma manifestação no terreno dos costumes da resistência cultural de um povo. Da cordialidade veio o “jeitinho”, ou seja, a ideologia da improvisação: a consagração do dribble das regras universais, do engano da frieza da lei igual para todos. Da cordialidade veio o elogio do “levar vantagem”, a ideologia da convivência com a conveniência, portanto, a legitimação do proveito, a tolerância com a corrupção.

A cordialidade foi a mãe do “jeitinho”. Essa foi a forma histórica encontrada de garantir mobilidade social individual em uma sociedade rígida: através de relações pessoais de compadrio e favor para preservar a paz social e encontrar saídas negociadas e concertadas.

a terra é redonda

O capitalismo brasileiro tem a cara de sua classe dominante. São dissimulados, porque a defesa do mundo da riqueza exige, publicamente, a representação de um papel político. Mas, no fundo, são feios, brutos e malvados.

***Valério Arcary** é professor aposentado do IFSP. Autor, entre outros livros, de *O encontro da revolução com a história (Xamã)*.

A Terra é Redonda